

Política industrial carece de foco

Cenário de forte crescimento interno pede uma estrutura mais ousada com integração de cadeias produtivas

Eva Rodrigues

evarodrigues@brasileconomico.com.br

Melhorar a competitividade dos setores maduros da indústria já não é o bastante para uma política industrial. O pensamento de longo prazo, que leve à formação de cadeias produtivas intersetoriais para o desenvolvimento de novas competências, é o grande desafio do país nos próximos anos. Na visão de especialistas ouvidos pelo **BRASIL ECONÔMICO** o salto de qualidade virá através de ações coordenadas de política industrial com avanços efetivos na direção da evolução tecnológica e de inovação.

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 2008 e que acabou sendo atropelada em suas metas por conta da crise internacional, é vista de forma unânime como a plataforma a partir da qual o próximo governo deve pensar o aprofundamento do que deve ser a política industrial do país daqui em diante. Para o coordenador do Grupo de Indústria do Instituto de Economia da UFRJ, David Kupfer, a própria evolução da economia brasileira nos últimos anos cria espaço para novos rumos. “O país está pronto para uma política industrial mais ousada, que leve a indústria para uma especialização diferente da atual, com um novo perfil que traga em si maior conteúdo tecnológico, maior capacidade de gerar renda e, principalmente, empregos mais qualificados”, enumera, ao apontar que o maior problema da PDP está justamente no fato de que não se caminhou na direção do aumento do nível de tecnolo-

gia e inovação na estrutura produtiva brasileira.

Kupfer alia-se ao consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (ledi), Júlio Gomes de Almeida, na ideia de que a política industrial deve ser pensada sob a ótica do desenvolvimento de cadeias produtivas integradas no país para que, ao longo dos anos, novos setores despontem com o grau de competitividade vistos hoje em segmentos como o de aviação, biocombustíveis e, mais recentemente, na exploração de petróleo em águas profundas. “Se hoje temos setores competitivos foi porque alguém lá atrás fez essas apostas. E faltou na PDP a eleição de setores nos quais o Brasil apostaria suas fichas como sendo fundamentais para o futuro — falta foco e ações agressivas nesse sentido”, avalia Almeida.

A ausência de uma política de exportação de manufaturados é outro ponto de crítica do consultor do ledi à PDP. “É inconcebível que uma política industrial contemporânea feche os olhos para uma agressiva política de exportação de manufaturados. Recentemente deu-se um pequeno passo nessa direção com o lançamento do pacote de incentivo aos exportadores, mas o novo governo terá que agir fortemente para melhorar o nível de exportações.”

O que pode levar um empresário a inibir investimento? “O risco de que não seja ele a atender a demanda em alta no país”, responde o pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia da Unicamp, Fernando Sarti, para quem o câmbio valori-

zado e juros elevados podem fazer com que a política industrial do país “fique enxugando gelo”. “A política industrial, fundamental para o salto de qualidade na estrutura produtiva, deve caminhar em sintonia com a política macroeconômica voltada ao crescimento, não pode ser compensatória ou refém da política macro.”

E é justamente o atual cenário de forte crescimento da demanda doméstica, diz Sarti, que traz novos desafios “no sentido de termos uma estrutura produtiva competitiva, sofisticada e segmentada”. ■



A política industrial deve ser pensada sob a ótica do desenvolvimento de cadeias produtivas integradas no país para que, ao longo dos anos, novos setores despontem com o grau de competitividade vistos hoje em segmentos como o de aviação e biocombustíveis

Júlio Gomes de Almeida,
consultor do ledi

Retomada de políticas estruturantes

Depois da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), pensada para melhorar a competitividade de longo prazo da economia brasileira, agora é hora de retomada do conceito de políticas estruturantes para o país, acredita o gerente de Estudos e Políticas Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Mol. "O Brasil está numa fase de diversificação da pauta produtiva, com algum grau de especialização e precisa, daqui em diante, pensar na indústria que pretende ter amanhã. Ou seja, temos que saber que produtos e setores vamos fomentar, com que nível de tecnologia e se teremos mão de obra capacitada para essa tecnologia."

A questão de mão de obra, por exemplo, é vista como frágil pela CNI, tendo em vista que da pequena parcela da população que chega à universidade, em torno de 10% vai para áreas ligadas a ciência e tecnologia que são fundamentais para o setor industrial. "Fora isso, hoje o setor privado investe cerca de 0,5% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, e o setor público o mesmo patamar. É muito pouco para um segmento que é a base da melhoria de produtividade, de processos de gestão", analisa Mol.

Ontem, durante lançamento de 20 núcleos de inovação em todo o país (leia reportagem na página 14), o presidente da CNI, Robson de Andrade, ressaltou que a inovação deve dar os rumos da política industrial. "Não teremos crescimento sustentável de 5% ao ano sem política industrial. E a inovação deve ser tema central dessa política. É com inovação que as empresas vão ganhar competitividade no mercado interno e externo e ganhar novas especialidades."

JUROS EM ALTA

Indústria pode rever investimentos, diz CNI

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson de Andrade, criticou ontem a continuidade do ciclo de aperto monetário pelo Banco Central e disse que o país deveria estar hoje num patamar de juros reais de 3,5%. "A inflação aumentou por fatores sazonais que já passaram e não se justifica a continuidade da alta na Selic, que já deveria estar num patamar de 8% e não em 10,25%. Esse aperto pode levar os empresários a revisarem investimentos que estavam programados", disse.

BNDES

Banco é visto como instrumento fundamental

Para os especialistas, o papel do BNDES tem sido fundamental na política industrial, especialmente ao fomentar investimentos voltados à infraestrutura. "O BNDES é o instrumento mais relevante na operacionalização das políticas", diz o consultor do Iedi, Julio Gomes de Almeida, ao lembrar que diante dos efeitos da crise

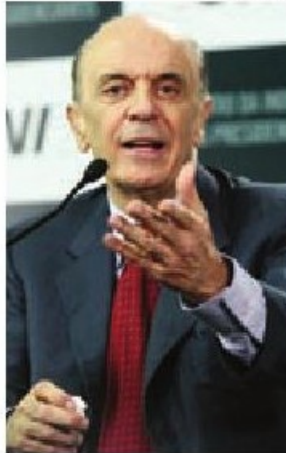
internacional o banco introduziu o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) com juros de 4,5% para o financiamento de bens de capital. "Vemos melhora nas condições de crédito do BNDES e a ampliação das linhas existentes", acrescenta o gerente de Estudos e Políticas Industriais da CNI, Paulo Mol.

A VISÃO DOS CANDIDATOS

José Serra

O coordenador da equipe que elabora o programa de governo do PSDB, Xico Graziano, disse que o partido estuda elevar a importância da Câmara de Comércio Exterior (Camex) ao colocá-la na esfera da Presidência da República. As vendas ao exterior devem ser estimuladas através de uma política cambial que favoreça os exportadores, mas o coordenador não especificou como seria essa política. "É preciso retomar a exportação de bens industrializados e proteger a indústria nacional", afirmou, ao acrescentar que a equipe estuda quais setores precisariam de mais ajuda.

Bruno Stuckert



Marina Silva

Para ela, a política industrial deve estimular atividades com baixas emissões de gases de efeito estufa, investimento em inovação e domínio de novas tecnologias. Para a melhoria da competitividade sistêmica, aponta a candidata, o Brasil precisa eliminar travas como dificuldade de acesso ao crédito, tributação elevada, qualidade e custo da infraestrutura, burocracia e insegurança jurídica. Além do BNDES, ela cita a necessidade de ampliação das fontes de investimento de longo prazo através do mercado de capitais.

Vanessa Carvalho/AF



Dilma Rousseff

As diretrizes do programa de governo do PT sinalizam alguns pontos que devem ser contemplados na política industrial: fortalecimento dos processos de produção, visando aumentar a competitividade nacional e agregar mais valor às exportações; reforma tributária que reduza os impostos indiretos, estimule a produção e racionalize o sistema; aprofundamento das políticas creditícias para o setor produtivo; apoio à internacionalização das empresas brasileiras; exercício do poder de compra do Estado para a indução da demanda nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Paulo Luber/AF



Evolução da economia brasileira traz as condições para o aprofundamento da política industrial que possa significar novos perfis de especialização à indústria nacional



Bolsa Família não resolve renda básica, diz Lavinás

João Villaverde
De São Paulo

O Brasil é o único país do mundo que têm uma lei que prevê a renda básica da cidadania, mas a lei já completou seis anos e meio, e o dinheiro nunca saiu do Estado. Uma das principais pesquisadoras de pobreza no Brasil, a economista Lena Lavinás avalia que “a ideia de universalizar qualquer coisa é imatura no país, que é incapaz de compreender a renda básica”.

Ao contrário de programas de renda mínima, como o Bolsa Família, que transfere dinheiro às camadas pobres, a renda básica seria uma quantia igual repassada a todos os mais de 190 milhões de brasileiros — tanto o faminto quanto o bilionário receberiam o mesmo valor. Mesmo tendo sido aprovada pelo Congresso Nacional, a ideia segue bastante polêmica. Para Lena, “as pessoas não entendem que a renda básica serve para criar um sentimento comum de pertencimento a quem vive no país”.

Doutora em Economia pela Universidade de Paris e professora da UFRJ, Lavinás é uma das organizadoras do 13º Congresso Internacional de Renda Básica, que ocorre pela primeira vez no Brasil, a partir de amanhã, em São Paulo, reunindo pesquisadores do assunto em todo o mundo. Confira abaixo os principais trechos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *A lei de renda básica foi aprovada, mas nunca implementada. Por quê?*

Lena Lavinás: Porque os brasileiros são incapazes de entender o programa. Trata-se de uma renda que é dada a todo cidadão com o intuito de distribuir uma parte igual do patrimônio nacional a todos, com um princípio muito claro de coesão e união. Não debatemos principalmente porque somos uma sociedade desigual que não consegue ser universal.



Lena Lavinás, da UFRJ: “A ideia de universalizar algo no Brasil é imatura”

Valor: *Como explicar isso?*

Lavinás: A ideia de universalizar algo no país é imatura. Somos tão desiguais que qualquer coisa que atinja todos igualmente é criticada. Veja o que ocorre com o Sistema Único de Saúde (SUS). Os hospitais servem a todos, portanto devem contar com orçamento suficiente e bem gerido. Mas ocorre o contrário. Nos últimos anos fomos constrangidos pelo pensamento que defende o corte de gastos públicos, que ataca o SUS, que ataca toda e qualquer iniciativa inclusiva e universal. Somos uma sociedade conservadora, que tenta restringir ou invés de universalizar.

Valor: *Transferir a quem têm não é desperdício de dinheiro público?*

Lavinás: O Brasil ganharia imensamente se todos, sem distinção de

renda, cor de pele e localização recebessem a mesma quantia. A renda básica cumpre o papel de instituir uma identidade positiva, uma harmonia entre todos, que participariam igualmente da criação e distribuição da renda nacional.

Valor: *De onde sairia o dinheiro?*

Lavinás: Por que não usar parte dos royalties do petróleo do pré-sal para garantir o programa? Parte do dinheiro que vai ser gerado pode ser direcionado para isso.

Valor: *Por que não transferir dinheiro apenas a quem precisa?*

Lavinás: São duas coisas distintas, e isso a sociedade não entende. A renda básica não serve para amortizar a pobreza, ainda que tenha esse efeito também. Ela serve para criar um sentimento comum a quem vive no mesmo país. Há

uma visão pervertida de que é impossível compartilharmos de forma equânime a riqueza produzida no Brasil. A renda mínima é outra coisa, trata-se de um direito.

Valor: *O Bolsa Família é o mais adequado para reduzir a pobreza?*

Lavinás: A seguridade social é um direito. As pessoas no Brasil não sabem que temos seguridade social, elas entendem que se trata de seguridade individual, ou seja, que você precisa pagar para ter. Ninguém é pobre por escolha, não pode ficar amarrado por condicionalidade. Definimos isso em 1988, na Constituição, quando afirmamos, como país, que saúde e educação é para todos e assistência é para quem precisa. No fundo, os críticos acham que o programa é uma distribuição de benesses para um bando de inúteis.

Valor: *Mas não é preciso instituir portas de saída?*

Lavinás: A ideia está associada à linha de pobreza absoluta. Isso não existe. Segundo essa teoria, o equivalente a R\$ 137 por mês tira a pessoa da pobreza absoluta. São R\$ 5 por dia. Mesmo que o sujeito trabalhe e ganhe seus R\$ 800 por mês, se ele dividir casa com família de três ou quatro pessoas, não terá mais que R\$ 6 por dia, mas não será considerado absolutamente pobre, embora seja. Como cobrar de alguém assim que ele seja melhor que outro para poder ganhar um pouco mais?

Valor: *O Bolsa Família se encerra por si só, então?*

Lavinás: É claro que não, precisamos ir além. As políticas de transferências monetárias vieram para ficar, elas precisam ser fortalecidas e ampliadas. Mas não podem ficar nisso. É preciso aumentar os gastos públicos em educação e saúde, principalmente nas escolas, porque de outra forma não adianta nada conquistar alguma deficiência que leve as crianças às escolas se elas não vão aprender nada.